



Reuters

JOÃO BARROS

jb Barros@jornaleconomico.pt

A transição verde desejada pela Comissão Europeia para a economia da zona euro deve ser inclusiva e constituir um motor para a modernização do tecido empresarial, e não um custo acrescido a dificultar a contabilidade de empresas com menos capacidade financeira. O alerta da entidade liderada por Ursula Von der Leyen é reforçado pelas conclusões de um estudo que aponta para a vontade manifestada por 93% das empresas portuguesas de ver criados benefícios fiscais para auxiliá-las neste processo. Uma opção com méritos e riscos diferentes, segundo fiscalistas consultados pelo Jornal Económico.

Nove em cada 10 empresas portuguesas defende, assim, a criação de benefícios fiscais que apoiem as organizações na transição energética. A conclusão é de um inquérito ao tecido empresarial português sobre a importância dada à eficiência energética e sustentabilidade ambiental nos edifícios, que procura ainda compreender as metas de eficiência das empresas nacionais.

Segundo o estudo da consultora de gestão muito ligada à inovação FI Group e a empresa especializada em comunicação e reputação LLYC (Llorente y Cuenca), mais de metade das empresas (54%) mostra um forte interesse em realizar investimentos para aumentar a eficiência energética e sustentabilidade ambiental nos edifícios até 2026. E sinalizam como motivos a preocupação com a sustentabilidade e redução de custos.

Este resultado surge numa altura em que Bruxelas aguarda a recepção dos últimos planos nacionais de recuperação para poder avançar com o processo de atribuição dos fundos europeus. Estas linhas visam, entre outros objetivos, ajudar na passagem para uma economia ambientalmente mais responsável e sustentável, em linha com as metas traçadas no Pacto Ecológico Europeu.

“O Pacto Ecológico Europeu lançado em 2019 estabelece metas muito ambiciosas na descarbonização do setor energético, com objetivos de aumento de eficiência energética de pelo menos 32,5% e redução da emissão de gases de efeito estufa em pelo menos 55% (por comparação com os dados de 1990) até 2030”, afirma Samuel Fernandes de Almeida, sócio da Vieira de Almeida (VdA), recordando que estas metas estão integradas no Plano Nacional de Energia e Clima 2030 e “exigem políticas públicas intensivas em matéria de energias renováveis, requalificação de edifícios, transportes e indústrias produtivas”. Este fiscalista defende que “neste contexto, é expectável ou desejável a criação de medidas fiscais”.

Samuel Fernandes de Almeida ressalva que “o Programa do Governo em matéria de fiscalidade verde se mostra relativamente pouco ambicioso”, pelo que seriam possíveis medidas “como deduções em sede de IRS e IRC para investimen-

tos em equipamentos energéticos mais eficientes, incentivos estáveis para a aquisição de veículos elétricos, ou a penalização por via do IUC dos veículos mais poluentes”.

Adicionalmente, deduções à coleta no sector dos transportes ou até mesmo um agravamento fiscal no caso de bens e equipamentos menos eficientes em termos energéticos são possibilidades nesta matéria.

Tânia de Almeida Ferreira, sócia e coordenadora do departamento de Fiscal da CCA, sugere políticas semelhantes. “Para entidades sem direito à dedução de IVA, onde a conversão energética acaba por ter um custo superior pela impossibilidade de recuperar o IVA suportado, porque não permitir uma direta dedução à coleta do IRC do valor correspondente a esse IVA?”, questiona, sugerindo igualmente a criação de um SIFIDE para a transição energética ou a majoração de custos para investimentos em energias renováveis. Estes são, defende, mecanismos perfeita e facilmente articuláveis com outros apoios orçamentais.

“Ao nível orçamental será apenas uma questão de canalizar fundos públicos, quer de fonte nacional (impostos que cobra), quer de fonte europeia (entre outros, os resultantes do Plano de Recuperação e Resiliência), para a concessão de financiamentos”, enquanto, simultaneamente, o Governo abdica “de alguma receita via concessão de benefícios fiscais às empresas que diretamente assumam o investimento na conversão energética, ainda que no âmbito de projetos comparticipados por fundos nacionais ou europeus”.

Contudo, nem todos veem nesta possibilidade um caminho meritório. João Espanha, sócio fundador da Espanha e Associados, afirma estar “reticente à criação de benefícios fiscais”, dada a complexidade que introduzem e a incerteza orçamental decorrente da diminuição da receita fiscal. Além disso, mecanismos desta natureza costumam ser “verdadeiramente aproveitados apenas pelas poucas e, na sua maioria, grandes empresas, que não necessitariam”, ao invés das pequenas empresas que visa apoiar. “Se este objetivo é assim tão importante, então estabeleça-se um programa geral de substituição de fontes de energia para os diversos sectores de atividade, e apliquem-se subsídios diretos. Isso será mais eficaz, é certo quanto ao valor da despesa e não complexifica um sistema fiscal que já é uma manta de retalhos”, concretiza. ●

FISCALIDADE VERDE

Sector privado quer benefícios fiscais para a transição verde

Apesar de ser uma solução apontada pela esmagadora maioria do tecido empresarial nacional, a criação de benefícios fiscais no apoio à transição energética pode complicar ainda mais um sistema já complexo.



SAMUEL FERNANDES ALMEIDA
Sócio da VdA